



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção A da 20ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0090034-23.2019.8.17.2001**

AUTOR: JAIRO BEZERRA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

SENTENÇA

Vistos, etc ...

JAIRO BEZERRA DA SILVA, qualificado e assistido por advogado regularmente instituído nos autos, ajuizou a presente AÇÃO DE COBRANÇA DO COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT em face da SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT, igualmente qualificada.

Afirmou o demandante que, após ter sido vítima de atropelamento, foi submetido a procedimento cirúrgico devido à fratura da diáfise da tíbia, Solicitou o pagamento do seguro pela via administrativa, mas recebeu apenas a quantia de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), Requer, portanto, a complementação do seguro no valor de R\$ 8.505,00 (oito mil, quinhentos e cinco reais) pela invalidez permanente.

A inicial veio instruída com os documentos. Requereu o benefício da justiça gratuita.

Em contestação, a seguradora arguiu como preliminar a ausência de ludo médico do IML e afirmou que o pagamento administrativo ocorreu em conformidade com o descrito no laudo administrativo, de maneira proporcional à lesão.

Após a realização da perícia, por médico nomeado por este juízo no despacho de ID 56068424, o então peito juntou aos autos o laudo pericial (ID 59301783).

As partes foram intimadas para se manifestarem sobre o laudo mencionado.

Impugnação apresentada pela demandada no ID 62268788 questionando o grau de lesão apurado pelo perito.

É o que importa relatar. Decido.

Trata-se de ação de cobrança de complemento de seguro DPVAT.

Faz-se necessário analisar, inicialmente, a preliminar suscitadas pela demandada quanto à obrigatoriedade do laudo médico do IML,

É de entendimento desse tribunal que a parte pode, no curso do processo produzir as provas necessárias para comprovação do grau de debilidade para fins de recebimento do seguro.

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA DPVAT. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. DANO ANATÔMICO E/OU FUNCIONAL PARCIAL INCOMPLETA NO PERCENTUAL DE 75% DE MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. INDENIZAÇÃO DEVIDA COM BASE NA TABELA DE PROPORCIONALIDADE CONSTANTE DA LEI Nº 6.194/76. ALTERAÇÃO DA LEI Nº 11.459/2009. PEDIDO PROCEDENTE. APELAÇÃO CÍVEL. VEÍCULO NÃO IDENTIFICADO PELA PLACA. PROVA DO DANO E DO ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DO LAUDO DO IML. VALIDADE DO LAUDO PRODUZIDO NO MUTIRÃO DPVAT. REDUÇÃO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. IMPOSSIBILIDADE. MÍNIMO LEGAL CONSTANTE NA SENTENÇA RECORRIDA. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO "A QUO". DATA DO EVENTO DANOSO. APELAÇÃO DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. 1- A ausência de identificação do número da placa do veículo causador do dano, não o torna inábil a legitimar o pagamento de indenização, decorrente de seguro obrigatório - DPVAT. 2- A ausência do documento



do IML discriminando o grau de lesão decorrente de acidente automobilístico não enseja o indeferimento da inicial, eis que a parte pode, no curso do processo, produzir as provas necessárias à aludida comprovação, para fins de recebimento do seguro DPVAT, tal como o requerimento de realização de perícia judicial. 3- No caso, a tabela de graduação da invalidez, implementada pela Lei 11.945/2009, estabelece, para o caso de perda anatômica e/ou funcional de um membro inferior esquerdo, o percentual máximo de 70% de R\$13.500,00 (valor total fixado para o caso de invalidez permanente, conforme art. 3º, inciso II, da supracitada Lei), ou seja, R\$9.450,00. No caso, o Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes (fl.23/23v) especificou o grau da invalidez foi quantificado em 75% (severa), ou seja, R\$7.087,50. Tendo havido pagamento administrativo no valor de R\$2.362,50, o valor da indenização a ser complementado é de R\$ 4.725,00. 4- O pedido de redução do percentual da condenação dos honorários advocatícios para 10%, não há como prosperar, quando o percentual mínimo legal pretendido, já fora observado na sentença recorrida. 5- A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. 6- Recurso desprovido. Sentença mantida. (TJ-PE - APL: 4333895 PE, Relator: Frederico Ricardo de Almeida Neves, Data de Julgamento: 18/07/2017, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 06/09/2017).

Não acolhidas a preliminar acima suscitada, passo a análise do mérito.

A matéria exposta nos autos é exclusivamente de direito, comportando julgamento antecipado, conforme preceitua o art. 355, I do NCPC.

Nesse contexto, mister destacar à análise do texto que deve servir de parâmetro do cálculo indenizatório, pois com a edição da MP 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, foi alterado o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74, assim como foi anexado Tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais.

Desta forma, nos acidentes de trânsito ocorridos após a edição da Medida Provisória acima referida, convertida em Lei, tem-se que a liquidação do sinistro, em casos de invalidez permanente, total ou parcial, aplicar-se-á a regra do art.3º, com a sua nova redação, inclusive os percentuais sobre o valor máximo da indenização em vigor, conforme o tipo e a gravidade da perda ou redução de funcionalidade contidos na tabela anexa à Lei.

Assim, a partir desse entendimento, foi nomeado médico perito para avaliar o grau de debilidade do demandante, que compareceu à perícia, cumprindo com seu dever de produzir a prova nos termos do art. 373, I, NCPC.

Analisando os fatos narrados, pontuo como incontroverso o fato de que houve o recebimento administrativo da quantia de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais).

O autor sustenta que deve ser indenizado em R\$ 8.505,00 (oito mil, quinhentos e cinco reais) pela invalidez permanente. Verifico haver o perito informado que do acidente resultou uma lesão parcial e incompleta no membro inferior direito num percentual de 50%, considerado como de média intensidade

Em que pese a demandada tenha impugnado o laudo pericial, entendo que essa não merece prosperar, uma vez que não foram indicados elementos objetivos capazes de elidir as conclusões lançadas pela prova pericial, limitando-se apenas a não aceitação do entendimento do perito judicial.

Assim, mantenho o laudo pericial confeccionado por perito atuante neste Vara que, inclusive, goza de fé pública.

Assim, resta mantido o laudo confeccionado.

Dessa forma, analisando o percentual máximo previsto para lesão no membro superior/inferior é de 70% sobre o valor máximo indenizatório, \$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), chega-se ao valor de R\$9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais). Sobre esse valor é que deve incidir o percentual da lesão, que foi 50%, chegando a quantia final de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais).

Contudo, considerando que o autor já recebeu quantia de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), deve então receber apenas a quantia complementar, qual seja, R\$ 3.780,00 (três mil, setecentos e oitenta reais).

Assim, pelo exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido de inicial da indenização de seguro DPVAT, na argumentação supra e com fundamento no **art. 487, I do NCPC** e condeno a parte demandada ao pagamento de R\$ R\$ 3.780,00 (três mil, setecentos e oitenta reais) ao autor, com aplicação de juros de mora de 1% a.m., contados a partir da citação (súmula 426 STJ) e correção monetária incidente a partir do evento danoso (súmula 580 STJ), atualizados pela tabela ENCOGE.

Condeno ainda a Seguradora demandada ao pagamento de custas judiciais e em honorários sucumbenciais que fixo em 10 % sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º do NCPC.

Decorrido o prazo sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado desta decisão e arquivem-se os autos, **independentemente de nova conclusão.**



Caso apresentada apelação, nos termos do art. 1010, § 1º do NCPC, intime-se a parte contrária para, no prazo de 15(quinze) dias, CONTRARRAZOAR a apelação apresentada.

Apresentadas as CONTRARRAZÕES, aposta certidão caso não sejam ofertadas, ou em sendo apresentada apelação adesiva, REMETAM-SE OS AUTOS AO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, nos termos do art. 1010, § 3º do NCPC.

Cumpra-se.

Recife, 15 de junho de 2020.

Carlos Gonçalves de Andrade Filho
Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 20ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0090034-23.2019.8.17.2001
AUTOR: JAIRO BEZERRA DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 20ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 63480047, conforme segue transcrito abaixo:

" Vistos, etc ... JAIRO BEZERRA DA SILVA, qualificado e assistido por advogado regularmente instituído nos autos, ajuizou a presente AÇÃO DE COBRANÇA DO COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT em face da SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT, igualmente qualificada. Afirmou o demandante que, após ter sido vítima de atropelamento, foi submetido a procedimento cirúrgico devido à fratura da diáfise da tíbia, Solicitou o pagamento do seguro pela via administrativa, mas recebeu apenas a quantia de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), Requer, portanto, a complementação do seguro no valor de R\$ 8.505,00 (oito mil, quinhentos e cinco reais) pela invalidez permanente. A inicial veio instruída com os documentos. Requereu o benefício da justiça gratuita. Em contestação, a seguradora arguiu como preliminar a ausência de ludo médico do IML e afirmou que o pagamento administrativo ocorreu em conformidade com o descrito no laudo administrativo, de maneira proporcional à lesão. Após a realização da perícia, por médico nomeado por este juízo no despacho de ID 56068424, o então peito juntou aos autos o laudo pericial (ID 59301783). As partes foram intimadas para se manifestarem sobre o laudo mencionado. Impugnação apresentada pela demandada no ID 62268788 questionando o grau de lesão apurado pelo perito. É o que importa relatar. Decido. Trata-se de ação de cobrança de complemento de seguro DPVAT. Faz-se necessário analisar, inicialmente, a preliminar suscitadas pela demandada quanto à obrigatoriedade do laudo médico do IML, É de entendimento desse tribunal que a parte pode, no curso do processo produzir as provas necessárias para comprovação do grau de debilidade para fins de recebimento do seguro. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA DPVAT. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. DANO ANATÔMICO E/OU FUNCIONAL PARCIAL INCOMPLETA NO PERCENTUAL DE 75% DE MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. INDENIZAÇÃO DEVIDA COM BASE NA TABELA DE PROPORCIONALIDADE CONSTANTE DA LEI Nº 6.194/76. ALTERAÇÃO DA LEI Nº 11.459/2009. PEDIDO PROCEDENTE. APELAÇÃO CÍVEL. VEÍCULO NÃO IDENTIFICADO PELA PLACA. PROVA DO DANO E DO ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DO LAUDO DO IML. VALIDADE DO LAUDO PRODUZIDO NO MUTIRÃO DPVAT. REDUÇÃO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. IMPOSSIBILIDADE. MÍNIMO LEGAL CONSTANTE NA SENTENÇA RECORRIDA. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO "A QUO". DATA DO EVENTO DANOSO. APELAÇÃO DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. 1- A ausência de identificação do número da placa do veículo causador do dano, não o torna inábil a legitimar o pagamento de indenização, decorrente de seguro obrigatório - DPVAT. 2- A ausência do documento do IML discriminando o grau de lesão decorrente de acidente automobilístico não enseja o indeferimento da inicial, eis que a parte pode, no curso do processo, produzir as provas necessárias à aludida comprovação, para fins de recebimento do seguro DPVAT, tal como o requerimento de realização de perícia judicial. 3- No caso, a tabela de graduação da invalidez, implementada pela Lei 11.945/2009, estabelece, para o caso de perda anatômica e/ou funcional de um membro inferior esquerdo, o percentual máximo de 70% de R\$13.500,00 (valor total fixado para o caso de invalidez permanente, conforme art. 3º, inciso II, da supracitada Lei), ou seja, R\$9.450,00. No caso, o Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes (fl.23/23v) especificou o grau da invalidez foi quantificado em 75% (severa), ou seja, R\$7.087,50. Tendo havido pagamento administrativo no valor de R\$2.362,50, o valor da indenização a ser complementado é de R\$ 4.725,00. 4- O



pedido de redução do percentual da condenação dos honorários advocatícios para 10%, não há como prosperar, quando o percentual mínimo legal pretendido, já fora observado na sentença recorrida. 5- A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. 6- Recurso desprovido. Sentença mantida. (TJ-PE - APL: 4333895 PE, Relator: Frederico Ricardo de Almeida Neves, Data de Julgamento: 18/07/2017, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 06/09/2017). Não acolhidas a preliminar acima suscitada, passo a análise do mérito. A matéria exposta nos autos é exclusivamente de direito, comportando julgamento antecipado, conforme preceitua o art. 355, I do NCPC. Nesse contexto, mister destacar à análise do texto que deve servir de parâmetro do cálculo indenizatório, pois com a edição da MP 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, foi alterado o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74, assim como foi anexado Tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais. Desta forma, nos acidentes de trânsito ocorridos após a edição da Medida Provisória acima referida, convertida em Lei, tem-se que a liquidação do sinistro, em casos de invalidez permanente, total ou parcial, aplicar-se-á a regra do art.3º, com a sua nova redação, inclusive os percentuais sobre o valor máximo da indenização em vigor, conforme o tipo e a gravidade da perda ou redução de funcionalidade contidos na tabela anexa à Lei. Assim, a partir desse entendimento, foi nomeado médico perito para avaliar o grau de debilidade do demandante, que compareceu à perícia, cumprindo com seu dever de produzir a prova nos termos do art. 373, I, NCPC. Analisando os fatos narrados, pontuo como incontroverso o fato de que houve o recebimento administrativo da quantia de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais). O autor sustenta que deve ser indenizado em R\$ 8.505,00 (oito mil, quinhentos e cinco reais) pela invalidez permanente. Verifico haver o perito informado que do acidente resultou uma lesão parcial e incompleta no membro inferior direito num percentual de 50%, considerado como de média intensidade. Em que pese a demandada tenha impugnado o laudo pericial, entendo que essa não merece prosperar, uma vez que não foram indicados elementos objetivos capazes de elidir as conclusões lançadas pela prova pericial, limitando-se apenas a não aceitação do entendimento do perito judicial. Assim, mantenho o laudo pericial confeccionado por perito atuante neste Vara que, inclusive, goza de fé pública. Assim, resta mantido o laudo confeccionado. Dessa forma, analisando o percentual máximo previsto para lesão no membro superior/inferior é de 70% sobre o valor máximo indenizatório, \$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), chega-se ao valor de R\$9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais). Sobre esse valor é que deve incidir o percentual da lesão, que foi 50%, chegando a quantia final de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais). Contudo, considerando que o autor já recebeu quantia de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), deve então receber apenas a quantia complementar, qual seja, R\$ 3.780,00 (três mil, setecentos e oitenta reais). Assim, pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de inicial da indenização de seguro DPVAT, na argumentação supra e com fundamento no art. 487, I do NCPC e condeno a parte demandada ao pagamento de R\$ R\$ 3.780,00 (três mil, setecentos e oitenta reais) ao autor, com aplicação de juros de mora de 1% a.m., contados a partir da citação (súmula 426 STJ) e correção monetária incidente a partir do evento danoso (súmula 580 STJ), atualizados pela tabela ENCOGE. Condeno ainda a Seguradora demandada ao pagamento de custas judiciais e em honorários sucumbenciais que fixo em 10 % sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º do NCPC. Decorrido o prazo sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado desta decisão e arquivem-se os autos, independentemente de nova conclusão. Caso apresentada apelação, nos termos do art. 1010, § 1º do NCPC, intime-se a parte contrária para, no prazo de 15(quinze) dias, CONTRARRAZOAR a apelação apresentada. Apresentadas as CONTRARRAZÕES, aposta certidão caso não sejam ofertadas, ou em sendo apresentada apelação adesiva, REMETAM-SE OS AUTOS AO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, nos termos do art. 1010, § 3º do NCPC. Cumpra-se. Recife, 15 de junho de 2020. Carlos Gonçalves de Andrade Filho Juiz de Direito"

RECIFE, 3 de julho de 2020.

ADRIANA MINDELO CAVALCANTI DE QUEIROZ GALVAO

Diretoria Cível do 1º Grau



Em anexo.





SANTOS & ALBUQUERQUE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
SEÇÃO A DA 20ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE/PE**

Ref.: Processo nº 0090034-23.2019.8.17.2001

JAIRO BEZERRA DA SILVA, já qualificado nos autos da Ação em epígrafe, promovida em face da **SEGURADORA LÍDER CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT SA.**, através dos seus advogados abaixo assinados, legalmente constituído nos termos do instrumento procuratório outrora anexado, **retorna**, com o respeito de praxe, perante V. Exa., em atenção à Sentença exarada no presente feito sob ID nº 63480047, pugna o que segue.

Consoante a determinação judicial de pagamento de indenização devido à acidente de trânsito, por parte da Seguradora Demandada, em favor do Demandante, requer este peticionante o depósito do valor indicado, na ordem de **R\$ 4.77,33 (quatro mil e setenta e sete reais e trinta e três centavos)** a título de condenação e honorários advocatícios, com as devidas atualizações monetárias, conforme tabela em anexo.

Com efeito, requer a **EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE LEVANTAMENTO** em favor do patrono do Demandante: **PEDRO GABRIEL PEREIRA DOS SANTOS**, OAB/PE nº 50.813.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Recife/PE, 21 de julho de 2020.

PEDRO GABRIEL P. DOS SANTOS
OAB/PE nº 50.813

SILVANA P. DE ALBUQUERQUE
OAB/PE nº 53.145

Rua Carneiro Vilela, nº 250, 1º Andar, Sala 102,
Espinheiro, Recife/PE, CEP 52050-405
F. (81)3222-2314 / 98731-8136
santosealbuquerqueadvocacia@gmail.com





Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 3.780,00
Indexador e metodologia de cálculo	ENCOGE (XI ENCONTRO) - Calculado pro-rata die.
Período da correção	28/02/2018 a 01/07/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. compostos
Período dos juros	17/01/2020 a 21/07/2020
Honorários (%)	10 %

Dados calculados

Fator de correção do período	854 dias	1,080212
Percentual correspondente	854 dias	8,021180 %
Valor corrigido para 01/07/2020	(=)	R\$ 4.083,20
Juros(186 dias-6,36347%)	(+)	R\$ 259,83
Sub Total	(=)	R\$ 4.343,03
Honorários (10%)	(+)	R\$ 434,30
Valor total	(=)	R\$ 4.777,33

Memória analítica do cálculo

Valor inicial	3.780,00
Data inicial	28/02/2018
Data final	01/07/2020
Periodicidade	Mensal
Metodologia de cálculo	Calculado pro-rata die.

Termo inicial	Termo final	Variação do período	Valor
28/02/2018	01/03/2018	0,0064 (%)	3.780,24
01/03/2018	01/04/2018	0,0700 (%)	3.782,89
01/04/2018	01/05/2018	0,2100 (%)	3.790,83
01/05/2018	01/06/2018	0,4300 (%)	3.807,13
01/06/2018	01/07/2018	1,4300 (%)	3.861,58
01/07/2018	01/08/2018	0,2500 (%)	3.871,23
01/08/2018	01/09/2018	0,0000 (%)	3.871,23
01/09/2018	01/10/2018	0,3000 (%)	3.882,84
01/10/2018	01/11/2018	0,4000 (%)	3.898,37
01/11/2018	01/12/2018	-0,2500 (%)	3.888,63
01/12/2018	01/01/2019	0,1400 (%)	3.894,07
01/01/2019	01/02/2019	0,3600 (%)	3.908,09
01/02/2019	01/03/2019	0,5400 (%)	3.929,20
01/03/2019	01/04/2019	0,7700 (%)	3.959,45
01/04/2019	01/05/2019	0,6000 (%)	3.983,21
01/05/2019	01/06/2019	0,1500 (%)	3.989,18
01/06/2019	01/07/2019	0,0100 (%)	3.989,58
01/07/2019	01/08/2019	0,1000 (%)	3.993,57
01/08/2019	01/09/2019	0,1200 (%)	3.998,36
01/09/2019	01/10/2019	-0,0500 (%)	3.996,36
01/10/2019	01/11/2019	0,0400 (%)	3.997,96
01/11/2019	01/12/2019	0,5400 (%)	4.019,55
01/12/2019	01/01/2020	1,2200 (%)	4.068,59
01/01/2020	01/02/2020	0,1900 (%)	4.076,32
01/02/2020	01/03/2020	0,1700 (%)	4.083,25
01/03/2020	01/04/2020	0,1800 (%)	4.090,60
01/04/2020	01/05/2020	-0,2300 (%)	4.081,19
01/05/2020	01/06/2020	-0,2500 (%)	4.070,99
01/06/2020	01/07/2020	0,3000 (%)	4.083,20

Acréscimos de juro, multa e honorários

Juros(186 dias-6,36347%)	(+)	R\$ 259,83
Sub Total	(=)	R\$ 4.343,03
Honorários (10%)	(+)	R\$ 434,30

l/correcao2.asp?descricao=&valor=3780%2C00&diainiSelect=28&mesiniSelect=2&anoiniSelect=2018&diafimSelect=21&mesfimSelect=... 1/2



Valor total**(=)****R\$ 4.777,33****Retornar Imprimir**



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção A da 20ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0090034-23.2019.8.17.2001**

AUTOR: JAIRO BEZERRA DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DESPACHO

Trata-se de petição do autor requerendo o depósito da condenação, em razão da determinação judicial de ID 63480047, e a respectiva expedição do alvará.

Entretanto, faz-se necessário observar inicialmente se ainda há prazo legal para cumprimento espontâneo da obrigação por parte da seguradora ré.

Assim, determino a diretoria cível que verifique se já transcorreu o prazo de intimação da sentença de ID 63480047.

Caso tenha decorrido o prazo, certifique-se o trânsito em julgado da sentença e voltem-me os autos conclusos. Não havendo transcorrido, aguarde-se o prazo em questão, e em seguida, voltem-me os autos conclusos.

Cumpra-se.

Recife, 22 de julho de 2020.

Carlos Gonçalves de Andrade Filho
Juiz de Direito

